

**PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO CONTEXTO ESCOLAR: Um Estudo de Caso na Escola
Nossa Senhora do Carmo no Município de Bananeiras-PB**

POLYANNA TORRES PINHEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

ELTON OLIVEIRA DE MOURA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS (IFAL)

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO CONTEXTO ESCOLAR: Um Estudo de Caso na Escola Nossa Senhora do Carmo no Município de Bananeiras-PB

1 INTRODUÇÃO

Participação e cidadania são conceitos difíceis de serem dissociados, ademais, a participação cidadã refere-se ao direito e um componente essencial do exercício da cidadania ativa. Esse processo de conscientização resulta em ações coletivas de promoção da cidadania, referindo-se a formas legítimas de participação da população na esfera pública (RIZZINI; PEREIRA; THAPLIYAL, 2007).

Para Arnstein (2002), participação cidadã se constitui um sinônimo para o poder cidadão, de modo que se discute a amplitude do poder de sujeitos em decidir sobre determinadas ações ou programas do âmbito ao qual fazem parte. Dessa forma, a participação cidadã se constitui enquanto envolvimento cidadão, o poder cidadão, de modo que essa participação pressupõe redistribuição de poder que permite aos indivíduos saírem da sombra da passividade e da exclusão dos processos decisórios a fazerem parte de forma ativa do contexto a que pertencem. Em suma, participação impele a promoção de reformas significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade ao qual os indivíduos fazem parte.

O conceito de participação cidadã considera a pluralidade de conjunturas sociais à qual estão expostos os cidadãos. Assim, a participação não se limita apenas ao engajamento a partidos políticos ou movimentos sociais. Para além disso, ela perpassa a compreensão do contexto no qual o indivíduo está inserido e pela sua manifestação cidadã em diferentes espaços e de diferentes formas.

O contexto escolar, objeto de estudo deste trabalho, destaca-se como um espaço de construção de cidadania que permite suscitar a participação dos seus integrantes para o seu desenvolvimento e evolução por meio de diversos “mecanismos”, como por exemplo as eleições para gestor escolar, grêmios estudantis, conselhos escolares, etc. Nesse sentido, a participação constitui um elemento fundamental a ser realizado pelos diferentes componentes que constituem a comunidade escolar.

Segundo Veloso, Craveiro e Rufino (2012), a participação da comunidade na vida escolar enquadra-se no sentido de escola democrática, que é aquela que consegue organizar-se para estimular a participação de todos os implicados no processo escolar. Os autores complementam que essa participação é exercida de forma adaptada em diferentes contextos de ação da escola, sendo um fim em si mesma ao refletir os ideais democráticos. Desse modo, Cária e Santos (2014) desenvolvem que, para que a ação administrativa democrática aconteça, é necessária a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões administrativas e pedagógicas ali envolvidas.

A escola não apenas contribui significativamente para a democratização da sociedade, como é também um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício da cidadania consciente e comprometida com os interesses sociais. A contribuição da escola para a democratização da sociedade e para o exercício da democracia participativa fundamenta a gestão democrática na escola. Nesse sentido, segundo Brasil (2004), a organização de conselhos escolares e de toda a comunidade escolar para participar e efetivar seus direitos e deveres, democraticamente discutidos e definidos, é uma forma de exercício da democracia participativa.

Impele-se, portanto, que a questão da participação da comunidade educativa, composta por tutores, funcionários, pais e alunos e a própria comunidade envolvente, implica na efetivação de processos de organização e gestão oxigenados, baseados em uma dinâmica que estabeleça processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido, partindo desse

pressuposto, esse estudo de caso pretendeu responder à seguinte questão: **como ocorre a participação cidadã no contexto da Escola Nossa Senhora do Carmo em Bananeiras-PB?**

A Escola Nossa Senhora do Carmo do sítio Monte Carmelo é uma cooperativa de desenvolvimento social situada na zona rural do município de Bananeiras-PB e surgiu como um projeto das irmãs carmelitas que atuavam na região como uma ação de Educação de Jovens e Adultos. A escola conta com o trabalho de 32 tutores, gestores e funcionários e atende a 287 educandos com Educação Infantil e Ensino Fundamental, a maioria filhos de agricultores do entorno da escola, sendo 219 o número de famílias atendidas. O projeto, que se iniciou na sala de um lavrador aluno em 2005, foi reconhecido em abril de 2017 como uma Escola Transformadora, a primeira do estado da Paraíba a ser incorporada pelo programa. Além de ser reconhecida pelo seu trabalho social e comunitário, a ENSC foi certificada pelo MEC em 2016 como referência no Brasil em Educação Inovadora e Criatividade em Educação Básica. A escolha desse ambiente de pesquisa se deu pelos elementos de gestão democrática adotados pela escola na condução do cotidiano escolar.

Assim, o objetivo do artigo foi analisar como ocorre a participação cidadã no contexto da Escola Nossa Senhora do Carmo em Bananeiras-PB. Dessa forma, este estudo busca contribuir para as áreas de Administração pública e terceiro setor no sentido de refletir como a gestão democrática e a adoção de mecanismos de gestão participativa podem fomentar a participação cidadã dos diversos atores que compõem a comunidade escolar, desde que sejam incorporados práticas e processos que deem sentido a participação dos agentes envolvidos.

Além desta introdução, o artigo conta com um referencial teórico que apresentam os principais conceitos que orientam a construção deste trabalho. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos empregados na condução da pesquisa empírica. Por fim, são apresentadas os dados e análises dos principais resultados da pesquisa, seguido das considerações finais deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Participação Cidadã

Segundo Chavez (2011), a participação cidadã pode ser compreendida como uma garantia virtual para o êxito de todo tipo de políticas, programas e projetos em desenvolvimento e que os enfoques participativos produzem melhores resultados que os enfoques burocráticos, paternalistas ou regimes autoritários. No entanto, é importante salientar que o enfoque participativo produzirá melhores resultados em organizações que estejam abertas a um perfil que estimule, de fato, a participação dos seus integrantes, ou seja, pode ser que não funcione com efetividade em toda e qualquer organização.

Comumente a participação também está associada ao poder cidadão, visto que o poder de sujeitos em decidir sobre determinadas ações ou programas do âmbito ao qual fazem parte é ampliado (ARNSTEIN, 2002). Dos vários conceitos atribuídos à participação cidadã, alguns centram-se na relação entre instituições e cidadãos, como um processo de tomada de decisão birrelacional (PALASSI; SILVA; SILVEIRA, 2017). Desse modo, o termo é composto por noções de poder compartilhado, da relação entre instituições e indivíduos que fazem parte dela e tomada de decisão descentralizada, associada.

Chavez (2011) ainda acrescenta que a participação se refere a uma clara transferência de poder e capacidades para a tomada de decisões e vai muito mais além do que uma mera consulta. Apesar da importância da participação nos processos decisórios, Gramberger (2006) atenta que a influência dos cidadãos não pode em nenhum caso substituir a aplicação de regras formais e dos princípios da democracia, que consistem em assembleias verdadeiramente representativas.

Também pode ser considerada a participação cidadã como um conjunto de metodologias e enfoques baseados na participação da população local e utilizados para o diagnóstico, execução, seguimento e avaliação de projetos de desenvolvimento (BENETT, s.d.). É onde se situa, de fato, como e onde os indivíduos estão atuando de forma cidadã no contexto do qual fazem parte. Desse modo, promover a participação pode não só contribuir para o desenvolvimento de experiências significativas para os participantes, mas também aumentam a eficiência e eficácia do processo de forma integral. Em consequência, a participação deve respeitar práticas culturais diferenciadas, identidades, estilos de discussão e estruturas de liderança a nível comunitário (CHAVEZ, 2011).

Bordenave (2004) discorre sobre as distintas formas de participação na sociedade, assim como sua qualidade ou níveis em que ela se manifesta. Existem níveis relacionados à família, amigos e vizinhos (primários), relativos a associações profissionais, de moradores, sindicatos e grupos em empresas (secundários) e os que compõem os partidos políticos, movimentos de classe (terciário), por exemplo. Ademais, Bordenave (2004) denomina que a participação em um nível mais micro diz respeito a uma associação voluntária de duas ou mais pessoas que compartilham de uma atividade comum na qual não se pretende, unicamente, tirar benefícios pessoais e imediatos. Desse modo, tem-se uma participação mais restrita e de alcance mais imediato. Butler e Princeswal (2012) defendem, assim, que as dinâmicas da participação são produzidas historicamente e são dependentes de normas de sociabilidade, de formas de organização social, de inovações tecnológicas e de contextos culturais específicos que incluem valores, ideais, crenças, símbolos e rituais.

Para Bordenave (1995), a qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade, a refletir e superar contradições reais ou aparentes, a antecipar consequências, a entender novos significados de palavras. A qualidade da participação aumenta também quando as pessoas aprendem a manejar conflitos, a esclarecer sentimentos e tomar conhecimento de novos comportamentos, a tolerar divergências, a respeitar opiniões, a adiar gratificações, quando as pessoas aprendem a se organizar e coordenar encontros, assembleias e mutirões, a formar comissões de trabalho, pesquisar problemas, elaborar relatórios, usar meios e técnicas de comunicação. Tais pontos citados por Bordenave (1995) são cruciais da participação e falam muito sobre o que são os objetivos e os valores coletivos sobre os quais os indivíduos compartilham entre si.

2.2 Participação Cidadã na Escola

A participação parte do pressuposto de uma construção coletiva, que não é decretada, não é imposta e, portanto, não pode ser compreendida como um mero mecanismo de obrigatoriedade e formalizado. Assim, a participação consolida um dos conceitos fundamentais a serem implementados pelos diferentes atores que constroem o contexto escolar, de modo que estabelece uma dinâmica que favorece processos coletivos e participativos de decisão. A importância da participação da comunidade no processo de gestão escolar ganhou destaque com o início de uma educação descentralizadora. Assim como a participação adquire diferentes significados, a descentralização não se furta desses debates. A questão da descentralização, em sua essência, diz respeito à transferência de responsabilidades hierarquicamente de maior autoridade para outros atores. A implicação disso é trazer o processo de tomada de decisão muito mais para perto das comunidades locais que, ao fazê-lo, é tido como um acesso para a democracia (SUZUKI, 2002).

Para Veloso, Craveiro e Rufino (2012), a participação de alunos e de suas famílias nas escolas tem sido crescente, com uma atuação de uma regulação comunitária que parece orientar as políticas educativas de abertura à comunidade. Professores, alunos e suas famílias são os agentes privilegiados que, conforme uma lógica mais comunitária, cooperam no

sentido de adaptar e contextualizar a escola e seus programas educativos. Além disso, a relação entre educação, cidadania e comunidade é apontada como um elemento potencializador da escola, um espaço e um meio de concretização e expansão da cidadania, ligado a um processo de efetivação da relação com a comunidade. De acordo com Antunes (1995), essa relação escola-cidadania-comunidade exige a vinculação da comunidade, sendo o diálogo e a negociação entre as partes imprescindíveis. A concepção da comunidade reflete uma fonte e espaço de exercício efetivo da cidadania, o que implica à escola favorecer o seu investimento pelos projetos e aspirações como horizonte da vida dos estudantes.

Além disso, é necessário que as escolas viabilizem um maior envolvimento e uma maior responsabilização de alunos, de modo a se instaurar uma legítima cultura democrática participativa (PEDRO; PEREIRA, 2010). Esses autores ainda atribuem à escola o papel fundamental na formação de personalidades democráticas, contextualizando que é a partir da participação que se compreende o princípio básico da democracia. Além disso, consolidam o princípio social de participação que se baseia na participação ativa e que só consegue se efetivar quando a escola preconiza, incentiva e estimula uma participação efetiva por parte dos alunos, implicando em responsabilidades e a apropriação de decisões.

Efetivamente, Veloso, Craveiro e Rufino (2012) discutem em seu trabalho as modalidades de participação da comunidade educativa na gestão escolar e as analisaram segundo algumas categorias. Primeiramente, apresentam como formas de participação da escola na comunidade: atividades abertas ao público (realização de eventos, atividades ou projetos), abertura, participação e integração de elementos representativos em órgãos escolares (assembleia de escola, conselho geral), articulação com outras escolas e estabelecimento de parcerias, envolvimento na melhoria dos espaços, encontros/festividades e envolvimento com o órgão de gestão. Em seguida, expõem como participação dos educadores (encarregados escolares) na vida escolar: atividades que são desenvolvidas na escola, a integração em órgãos de gestão escolar, a disponibilidade dos professores, diretores e outros educadores da escola, o acompanhamento do aluno, as ações de formação, as atividades de início de ano, a valorização da participação dos educadores, o controle do aumento do nível de escolaridade dos alunos, a sensibilidade com características do meio e das famílias e possíveis estratégias de aproximação. Por fim, denominam como formas de participação dos alunos: a participação em atividades propostas, a participação em projetos, a mobilização em campanhas/movimentos solidários, o envolvimento na melhoria dos espaços, a realização de encontros/festividades, o envolvimento com o órgão de gestão, a dinamização de atividades.

A partir das modalidades de participação exploradas no trabalho de Veloso, Craveiro e Rufino (2012) que esse estudo procurou investigar a participação no contexto escolar no ambiente de pesquisa selecionado. A priori, as perspectivas das formas de participação da escola na comunidade, da participação dos educadores na vida escolar e as modalidades de participação dos alunos no ambiente escolar foram os norteadores da busca pelo fenômeno da participação cidadã no presente estudo.

2.2 Gestão Democrática Escolar

De acordo com a Lei 9.394/96 - LDB, a gestão escolar é entendida como um mecanismo que visa assegurar aspectos democráticos, garantindo qualidade e efetividade a partir da participação de todos os membros que compõem a comunidade escolar (BRASIL, 1996).

Assim, a efetividade da gestão escolar democrática está associada ao estabelecimento de mecanismos institucionais que propiciem a participação social. Como principais “instrumentos” utilizados de gestão democrática, Vargas e Junquilha (2013) citam: (a) **eleição** para o cargo de diretor(a) escolar; (b) **conselhos de escola** que são compostos por pais,

alunos, professores, servidores, moradores e o(a) diretor(a) escolar; (c) **grêmios estudantis**, como representação política dos alunos; (d) promoção da **autonomia** administrativa, financeira e pedagógica da escola, como por exemplo o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e a construção do PPP (Projeto Político Pedagógico).

Estes mecanismos de gestão democrática visam a fomentar a participação da comunidade escolar (pais, professores, gestores e alunos) nos processos decisórios que envolvem a gestão do cotidiano escolar. Assim, a gestão democrática pressupõe a participação dos indivíduos de forma autônoma, visto que, se a participação fosse uma obrigatoriedade burocrática, ela perderia seu caráter democrático. Desse modo, uma legítima gestão democrática suscita uma autêntica participação.

Para Lima (2018) a gestão escolar democrática não só um contexto ou um modelo de gestão, mas também uma das dimensões do processo educativo. Assim, o autor reforça que não é possível ensinar nem aprender a democracia, a participação e a cidadania ativa em contextos escolares e através de processos de governo autocráticos, sob práticas elitistas e oligárquicas, subjugadas a líderes autoritários e a dinâmicas patrimonialistas, ou ao império da racionalidade técnico-instrumental.

Nesse sentido, Lima (2018) destaca a importância de se visualizar a gestão democrática para além de um “modelo” de gestão, mas como parte do processo educativo. Isso implica dizer que a presença de mecanismos não gestão democrática não determina que a participação ocorra de fato. Em muitos casos, podendo ocorrer de forma instrumental para satisfazer exigências burocráticas, mas não como forma de participação cidadã.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esse trabalho, foi utilizado o método de estudo de caso qualitativo (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006), visto que se refere a uma investigação empírica do fenômeno da participação cidadã contemplado em seu contexto e a experiência específica da Escola Nossa Senhora do Carmo, no município de Bananeiras-PB.

3.1 Ambiente da Pesquisa

A unidade de análise para a pesquisa foi a Cooperativa de Desenvolvimento Social Monte Carmelo (COODESC), também conhecida como Escola Nossa Senhora do Carmo. A escola surge no momento em que as irmãs carmelitas perceberem que a maioria dos lavradores do entorno do Carmelo - convento localizado na zona rural do município de Bananeiras-PB - era analfabeta. Diante disso, sentiram a necessidade de construir uma escola que atendesse à necessidade educacional da comunidade ao qual pertenciam. Ela teve seu início na sala de um lavrador aluno e, por doações, passou a funcionar em prédio próprio em 2007, atendendo também aos filhos desses lavradores. De 2005 a 2016 respondeu como Entidade Mantenedora o Carmelo Sagrado Coração de Jesus e Madre Teresa. Em 2017, com a finalidade de dar continuidade ao projeto, foi constituída uma cooperativa com essa finalidade, a Cooperativa de Desenvolvimento Social Monte Carmelo (COODESC), por todos os docentes e funcionários, sem fins lucrativos, com o propósito de responder como entidade mantenedora, mas sem alterações na proposta nem nos ideais que sempre constituíram os pilares da escola (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2018).

Mantida com doações e parcerias, onde nenhum educando paga para estudar, a ENSC tem se tornado referência pela proposta educativa que desenvolve. Fundamentada nas pedagogias de base socialista e, depois de alguns anos funcionando com educação infantil e ensino fundamental com uma educação dita “bancária”, a metodologia educacional foi modificada. Não adotam mais a questão da seriação e passaram a trabalhar com as crianças

integradas, estudando juntas, nas diversas faixas etárias, a partir da pedagogia de projetos em que o docente passa a assumir a função de tutor e mediador de projetos. A proposta é que tutor e tutorando se encontrem para discutir o que se quer aprender e como aprender.

Com todo esse trabalho sendo desenvolvido, a ENSC foi reconhecida e certificada pelo MEC, em 2016 como referência no Brasil em Educação Inovadora e Criatividade em Educação Básica. Em 2017, passou a fazer parte da Rede das Escolas Transformadoras, iniciativa do Instituto Ashoka/Alana, como uma das 280 escolas selecionadas no mundo, 18 no Brasil e a primeira na Paraíba, além de receber vários prêmios pelo trabalho educativo desenvolvido (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2018).

Todas essas características da escola e o reconhecimento que ela acaba recebendo dão indícios de que ela possui algumas peculiaridades que a destaca de outras escolas, principalmente no que concerne à participação cidadã. Com seu perfil social e detentora de uma pedagogia diferenciada, propõe apoiar e capacitar os menos favorecidos da comunidade ao qual faz parte, tendo a missão de formar indivíduos conscientes de seu poder de transformação do meio e de sua responsabilidade em seu desenvolvimento individual e comunitário.

3.2 Sujeitos da pesquisa

Foram entrevistados a vice-gestora da escola (V-G), o coordenador pedagógico (CP) e duas alunas entre 8 (A1) e 9 anos (A2). Posteriormente, outros atores devem ser entrevistados para o complemento do estudo, como tutores e pais ou responsáveis. A escolha destes sujeitos se deu primeiramente pelo acesso, tendo em vista a dificuldade de investigação pela característica dinâmica da organização, e pelo fato de estarem diretamente envolvidos nos processos de participação a partir de diferentes olhares, que vão tanto da gestão da escola, dos funcionários que lidam com o cotidiano dos alunos e dos próprios alunos.

3.3 Instrumento e Coleta de Dados

Como estratégia de coleta de dados utilizou-se principalmente a entrevista semi-estruturada e análise documental. O contato inicial no dia 07 de maio de 2018 se deu com a vice-gestora do projeto para uma conversa prévia a respeito da proposta do artigo e se haveria disponibilidade da escola de fornecer as informações pertinentes ao trabalho. Em seguida, foi marcada a entrevista com os componentes do contexto escolar, sendo essa realizada no dia 29 de maio de 2018.

Para elaboração do roteiro de entrevista semi-estruturada, os pesquisadores utilizaram como elementos norteadores as modalidades de participação exploradas no trabalho de Veloso, Craveiro e Rufino (2012) sobre as formas de **participação da escola na comunidade**, da **participação dos educadores na vida escolar** e as modalidades de **participação dos alunos no ambiente escolar**. Além disso, ao longo das entrevistas os pesquisadores foram incluindo outras questões pertinentes ao diálogo que se desenvolveu com os sujeitos da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas no celular de um dos pesquisadores para transcrições posteriores. Silverman (2009) atenta que as gravações são transcrições de ocorrências reais em sua sequência real, pois anotações ou lembranças de conversas não são confiáveis em termos de fidedignidade.

No que tange a análise documental, foram analisadas notícias da *web* relacionadas à escola a fim de conhecer um pouco mais do histórico da organização. Além disso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola foi acessado, com o intuito de analisar como o elemento

participação é apresentado e articulado neste documento que orienta as ações pedagógicas e administrativas da escola.

3.4 Procedimento de Análise dos Dados Coletados

O processo de análise de dados teve início já durante o processo de coleta de dados, tendo em vista as reflexões feitas durante esse processo. Assim, para análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Para Silverman (2009), a análise de conteúdo destina-se a revelar a opinião dos entrevistados sobre uma questão em particular, resumindo textos relacionados em categorias explanatórias.

Nesse sentido, após o fim da coleta de dados, dando continuidade ao processo de análise dos dados, iniciou-se o processo de ouvir as gravações das entrevistas, que posteriormente foram transcritas pelos próprios pesquisadores e revisadas para conferência de sua fidedignidade. Após as transcrições, as entrevistas foram lidas, relidas e a partir disso foram sendo feitas reflexões sobre as transcrições, as anotações feitas durante a pesquisa e os documentos analisados.

Por fim, para facilitar o processo de análise, os dados foram organizados conforme as diferentes dimensões de participação que ocorrem na escola com base em Veloso, Craveiro e Rufino (2012). Assim, à luz do referencial teórico adotado, os dados foram, então, analisados e discutidos, conforme descrito na próxima seção.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como a proposta do estudo é de utilizar as modalidades de participação citadas no trabalho de Veloso, Craveiro e Rufino (2012) para analisar a participação cidadã no contexto da ENSC, as respostas dos entrevistados foram categorizadas de acordo com os temas propostos de perspectivas das formas de **participação da escola na comunidade**, da **participação dos educadores na vida escolar** e as modalidades de **participação dos alunos no ambiente escolar** e apresentadas nas seções a seguir.

Contudo, antes de iniciar as análises com base nas dimensões adotadas, faz-se necessário apresentar quais os principais mecanismos adotados pela escola na promoção da participação dos atores que compõem a comunidade escolar. A Tabela 1 apresenta de maneira sintética os principais “instrumentos” de gestão adotados pela escola e como eles fomentam as diferentes formas de participação.

Tabela 1 Instrumentos de Gestão da ENSC e modalidades de participação

Instrumento de gestão	Descrição	Dimensão/modalidade de participação
Conselho Escolar	Representação da comunidade escolar (professores, estudantes, pais, comunidade e gestores) que se reúne mensalmente para discutir temas relacionados ao funcionamento da escola e tomada de decisões.	Participação da escola na comunidade; Participação dos educadores da vida escolar; e Participação dos alunos no ambiente escolar
Conselho de Classe	Composto por professores e corpo diretivo que se reúnem mensalmente para: avaliar o processo de ensino-aprendizagem; análise da prática docente (conteúdo, metodologia e demais atividades pedagógicas).	Participação dos educadores da vida escolar

Comitês Estudantis	Têm como objetivo de movimentar os alunos a assumirem funções no processo pedagógico por meio de atividade que promovam integração entre os próprios estudantes. No início do ano letivo, em assembleia, os alunos elencar quais comitês gostariam de criar (ex. esporte, meio ambiente, etc) e elaboram um plano de ação a ser desenvolvido naquele ano letivo. Há também um incentivo para que os pais ou membros das comunidades possam participar dos comitês.	Participação dos alunos no ambiente escolar; Participação da escola na comunidade.
Colegiado Estudantil	Formado por um representante de cada comitê que se reúnem em assembleia com os demais alunos, professores e corpo diretivo com o intuito de discutir fatos do cotidiano escolar, a partir do instrumento “Eu parabeno, Eu critico e Eu proponho”.	Participação dos educadores da vida escolar; e Participação dos alunos no ambiente escolar
Assembleias Gerais	Espaço para debate sempre que surgem questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, tomar decisões e propor metas, estratégias e combinados.	Participação da escola na comunidade; Participação dos educadores da vida escolar; e Participação dos alunos no ambiente escolar
Planejamento Pedagógico	Ocorre ao final de cada trimestre entre professores e a gestão com o intuito de avaliar as ações executadas naquele trimestre (rendimento escolar, estratégias de aprendizagem, metas) e traçar o planejamento para o trimestre seguinte.	Participação dos educadores da vida escolar.
Formação continuada	Encontro mensal entre professores e gestores para buscar suporte teórico para a ação prática, baseada no movimento de reflexão-ação-reflexão.	Participação dos educadores da vida escolar

Fonte: Elaborado a partir de Projeto Político Pedagógico (2018)

A Tabela 1 foi elaborada pelos autores a partir da análise documental e das entrevistas com o intuito de apresentar os principais instrumentos de gestão adotados pela escola. É importante destacar que o termo “instrumentos” é adotado pela própria escola em seu projeto político pedagógico ao referir-se aos mecanismos adotados na gestão participativa.

Assim, Observa-se na Tabela 1 como os instrumentos de gestão são fundamentais para que a participação ocorra de acordo com as dimensões destacadas por Veloso, Craveiro e Rufino (2012). Muito embora a existência de uma organização funcional ou burocrática não signifique que a participação de fato ocorra, foi possível inferir por meio das entrevistas como estes instrumentos de gestão são importantes e possuem papel no fomento da participação cidadã na ENSC, seja na participação da escola na comunidade, participação dos docentes na vida escolar ou ainda dos alunos no ambiente escolar. Nesse sentido, as seções a seguir serão dedicadas a discutir como cada dimensão de participação ocorre na escola por meio dos seus instrumentos de gestão e também pela natureza da organização.

4.1 Análise da participação da escola na comunidade

A participação da escola na comunidade pressupõe em como a escola se relaciona, direta ou indiretamente, com a comunidade ao qual ela faz parte. São citadas como formas de participação na comunidade: atividades abertas ao público (realização de eventos, atividades ou projetos), abertura, participação e integração de elementos representativos em órgãos escolares (assembleia de escola, conselho geral), articulação com outras escolas e

estabelecimento de parcerias, envolvimento na melhoria dos espaços, encontros/festividades e envolvimento com o órgão de gestão (VELOSO; CRAVEIRO; RUFINO, 2012).

Assim, o relato da V-G sugere uma relação direta da participação dos pais/responsáveis na escola:

Assim, como a gente não tem recurso né, a gente tinha um dinheiro que a gente vinha juntando da manutenção da escola. Os pais é quem bancam, vamos dizer assim, a manutenção da escola. Todos os meses a gente soma todas as despesas e divide pelo número de família. Aí cada família manda a sua contribuição. Então o ano passado a gente fez uma rifa de uma geladeira e essa rifa foi um resultado bem satisfatório que deu pra cobrir muitas despesas e sobrou um pouco de dinheiro. Aí a gente tinha esse dinheiro, nesse ano, aí vamos pintar a escola, que fazia uns três anos que não tinha sido pintada. Tínhamos o dinheiro pra comprar as tintas e a mão de obra, aí a gente pensou em um mutirão. Chama a família pra fazer um mutirão. Aí a gente marcou um mutirão, mobilizou, mandamos comunicado, aí tem os grupos do whatsapp, a gente foi movimentando os pais.

Segundo Bonett (s.d.), a participação cidadã é um conjunto de metodologias e enfoques baseados na participação da população local e utilizados para o diagnóstico, execução, seguimento e avaliação de projetos de desenvolvimento, portanto, observa-se a presença da população local, dos pais e outros integrantes da família participando efetivamente do desenvolvimento da escola. Ou seja, a participação pressupõe onde se situa, de fato, como e onde os indivíduos estão atuando de forma cidadã no contexto do qual fazem parte. E ainda, a qualidade da participação aumenta também quando as pessoas aprendem a se organizar e coordenar encontros, assembleias e mutirões (BORDENAVE, 1995).

Outro relato da V-G ainda exemplifica com outra situação como essa participação ocorre na escola:

Eu lembrei da fala de uma mãe. Foi no último conselho escolar, a gente falando do encontro de educação que vai haver e a gente precisa de um envolvimento da família, né. Aí uma mãe dizendo... resolvendo o que faz e o que não faz, eu achei tão bonito ela dizendo “eu sou cabeleireira”, então, ela é design de sobancelha, e ela disse “eu posso, todo mundo não quer ir pra o evento bonita? Eu posso produzir elas, escovar os cabelos, fazer uma maquiagem, organizar as sobancelhas, lá no salão tem a manicure, posso ceder a manicure pra arrumar vocês e ir pra o encontro”. É uma ajuda! Uma forma que ela encontrou de ajudar. É uma parceria, está ajudando, está contribuindo. As meninas do cerimonial já estão todas ok. E assim, são essas coisas que vão somando e vai fazendo a diferença. Somos muito passivos, no geral, “isso não é responsabilidade minha”. Não é fácil.

Aqui, observa-se em como a mãe de uma aluna fez questão de estar presente, de participar com aquilo que ela pôde contribuir no evento promovido pela escola.

A escola, como lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício da cidadania consciente com os interesses sociais e comprometida em trazer todos os atores para o processo democrático de decisões, naturalmente fica suscetível a conflitos de opiniões e posicionamentos. O seguinte relato da V-G descreve como isso é vivenciado por eles:

*Quando houve a assembleia geral pra mudança de metodologia, aí teve (sic) pais que, de fato, disseram que não concordavam, que não achavam correto, que não deveriam fazer isso. Mas aí já tem outro, “dá certo, vamos fazer”. **Faz parte da democracia (Entrevistador 1).** É, aí a escola se colocou. Na*

verdade, não é uma coisa que a gente pensou do nada. Existe um fundamento, um estudo pra isso e a gente tá vendo que era mesmo esse o caminho que tem que seguir, na nossa visão é o melhor. E a gente tá sempre disposto a fazer isso. Então, “quem topa?” Aí levantaram a mão, a maioria. Então, tivemos que atender a essa maioria. Os que, alguns né, na hora disseram que iam tirar o filho da escola, é um direito de escolher. Outros disseram “vamos fazer a experiência, pra ver se funciona”. Aí depois tem as conversas dos que tiraram antes “ai, depois me arrependi”. Infelizmente é assim, mas nunca aconteceu de ter aquele conflito grande. Tem, assim, as opiniões, diferentes.

Segundo Chavez (2011), a participação cidadã refere-se a uma clara transferência de poder e capacidades para a tomada de decisões e vai muito mais além do que uma mera consulta. No exemplo, observa-se que as opiniões dos pais/responsáveis foram consideradas, os envolvidos não foram apenas consultados sobre o processo de mudança de metodologia da escola. Importante salientar que, apesar da importância da participação nos processos decisórios, a influência dos cidadãos não podem substituir a aplicação de regras formais e dos princípios da democracia, que consistem em assembleias verdadeiramente representativas (GRAMBERGER, 2006). Além disso, de acordo com Bordenave (1995), a qualidade da participação aumenta também quando as pessoas aprendem a manejar conflitos, a esclarecer sentimentos e tomar conhecimento de novos comportamentos, a tolerar divergências, a respeitar opiniões.

Outra forma de participação da escola na comunidade é com relação à realização de eventos abertos e oferecidos à sociedade. No seguinte relato, a V-G cita alguns exemplos de como isso já ocorreu ou que ainda ocorre na escola:

A gente está com um curso de pinturas em tecidos agora, essa mãe que chegou aí é mãe de uma das alunas, do curso de pintura em tecidos e é oferecido para a comunidade. É uma vez por semana, o pessoal vem tem uma professora de pintura que é voluntária, ela vem e dá aula. Quem participa é a comunidade, tem alunos maiores que também estão participando, tem mães, tem avós participando do curso.

Depois que a gente levantou esses dados, a gente viu a necessidade da profissionalização das famílias e o desejo de ter sua renda própria. Então, enviamos um ofício para o SENAC, vendo a possibilidade do SENAC ajudar esse pessoal. Para nossa alegria, semana passada o pessoal do SENAC veio aqui na escola pra dizer que a parceria está firmada. Vão vir oferecer os cursos que a gente apontar, gratuitamente. Aí já estamos fazendo o levantamento de quais os cursos, de fato, que o pessoal tem interesse e começar a fazer as inscrições.

No início de 2009, a gente ofereceu curso de informática pra comunidade. A gente tinha uma sala de telecentro, com os computadores e era aberto à comunidade. Várias pessoas vieram fazer esse curso, durava 6 meses, foram três turmas.

Para Veloso, Craveiro e Rufino (2012), parcerias se estabelecem de forma a ter apoio ou assessoria referente aos recursos humanos, o que traduz essencialmente na prestação de serviços de técnicos mais especializados, nas ações de formação para profissionais das escolas ou em formas de aproximação e abertura à comunidade. Portanto, existe a necessidade de promover a participação e o envolvimento de todos os parceiros sociais e de toda a comunidade, com particular destaque para as empresas.

Outros exemplos de projetos desenvolvidos pela escola e apresentados na comunidade também são citados pela V-G:

Tem um dia pra mostrar todo o trabalho com aquele projeto, então aí a gente denominou o dia da família, que é justamente as famílias virem pra escola e ter todo esse momento de apresentar o que foi que eles estudaram, o que foi que aprenderam e como podem fazer aquilo em casa ou na comunidade. Íamos fazer isso, mas infelizmente não deu certo. Já teve atividades ano passado sobre o lixo. De eles saírem aqui no entorno da comunidade, conscientizando as pessoas, fazendo a coleta desse lixo que encontraram no entorno. Outra vez, foram na comunidade, era sobre o mosquito da dengue. Foram lá olhar a questão da água e deixavam os panfletos. O outro foi com os pequenininhos sobre água potável, eles estudando sobre a água. Aí falaram sobre a importância do cloro na água. Aí foi convidado para agente de saúde vir explicar, chamar as famílias, as mães, pra mostrar a importância do uso do cloro na água para evitar as doenças. São essas atividades...

Assim, para Veloso, Craveiro e Rufino (2012), a participação da comunidade na vida escolar enquadra-se na noção de escola democrática, que será aquela que consegue organizar-se de modo que estimule a participação de todos os implicados e isso pôde ser verificado em vários exemplos citados pelos entrevistados.

4.2 Análise da participação dos educadores na vida escolar

A participação dos agentes educacionais na vida escolar, segundo Veloso, Craveiro e Rufino (2012), pode ocorrer por meio de atividades desenvolvidas na escola, pela interação em órgãos de gestão escolar, em ações de formação dirigidas aos pais, nas atividades de início de ano e pela presença em reuniões de acompanhamento do percurso educativo do aluno.

Algumas dessas atividades são descritas pela V-G, identificadas nos seguintes relatos:

O problema da família, se reflete na escola. Há uma conversa inicial, “o que é que está acontecendo, o que é que houve, como eu posso ajudar?” Aí a gente chama a família, e diz “eu percebi isso, de que forma a gente pode ajudar, a gente está aqui pra somar”. Aí a família fala. E tem casos aqui que é a família que chega aqui gritando e pedindo socorro. E a gente está pronto pra ajudar, a gente não vai resolver tudo, mas fazemos tudo o que está no nosso alcance, e gente consegue se juntar e somar as forças.

Assim, o que mais tem aqui é avaliação. Todo tutorando tem um portfólio, onde ele coloca os roteiros de aprendizagem, a cada 15 dias, coloca todo o roteiro de atividades que ele vai desenvolver durante aquele roteiro. Aí o tutor vai acompanhando se eles estão desenvolvendo ou não. No final daquele roteiro, temos as três avaliações. Os tutorandos vão dizer o que aprenderam e o que deixaram de aprender. O tutor, vai colocar o que ele percebeu de aprendizagem daquele aluno e o que ele precisa melhorar. E o tutor faz essa avaliação também em cima da família, se de fato a família está acompanhando ou não. E por último, a família vai avaliar como viu o desenvolvimento daquele roteiro. Então, é um meio de comunicação entre o tutor e família aí tem as tutorias, que são relatos da aprendizagem do aluno. E tem os pareceres técnico de todo o trimestre, dos objetivos, das competências e das metas de aprendizagem, eu acho muito bom. E quando se percebe que algo precisa melhorar, que a família não está chegando junto, coloca o comunicado, até pra família vir na escola e saber o que está

acontecendo. Nós nos reunimos antes de iniciar o ano letivo uma semana antes, é uma semana bem intensa de planejamento. Na verdade, é um planejamento que a gente precisa ter as noções, mas que a gente constrói constantemente, não tem nada pronto.

Em outro relato do CP, a participação dos tutores nos projetos representa também as atividades realizadas de forma frequente por eles:

Esses projetos são mediados por um tutor. Ele fica responsável por um dos projetos, um ou dois projetos e os alunos executam. Mas é tudo construído com eles, em cima da curiosidade deles, em cima do que eles fazem. Aí eu acho que a participação cidadã se dá nessa construção. A gente se preocupa não só com contexto educacional, mas com a realidade das nossas comunidades.

Uma característica da escola é que os professores são chamados de “tutores” pois, segundo a V-G, traduz a própria metodologia da escola. Professor seria aquele que ensina e aluno é aquele que aprende. No entanto, segundo a metodologia adotada pela escola, a aprendizagem ocorre de forma muito individual e, portanto, tutor é aquele que acompanha, que conduz à aprendizagem.

Vale ressaltar que nessas passagens são evidenciadas a questão da participação dos educadores estritamente na rotina escolar e no próprio acompanhamento do aluno. São tipos de participação expressivas, elas acontecem, mas que fazem parte de todo e qualquer cotidiano educacional.

4.3 Análise das modalidades de participação dos alunos no ambiente escolar

Por fim, como forma de participação dos alunos na vida escolar, são elencadas por Veloso, Craveiro e Rufino (2012) a participação em atividades propostas, participação em projetos, participação em campanhas e movimentos solidários, envolvimento na melhoria dos espaços, participação e envolvimento em encontros ou festividades, envolvimento com o órgão de gestão e dinamização de atividades.

Como faz parte do dia-a-dia dos alunos o seu envolvimento e a participação nas atividades da escola, é natural para eles sentirem a necessidade de buscar solucionar problemas identificados em seu cotidiano, como exposto nos exemplos descritos pela V-G:

*Existe um comitê, eu sei que eles vêm observando muito o lanche, tem gente que está deixando comida no prato, há o desperdício. Papel higiênico no banheiro... **Eles controlam?** (Entrevistador 1) Eles controlam. Assim, acontece né, de alguém molhar o papel higiênico... Aí é aquele movimento porque está molhando o papel higiênico e não está dando certo. É um gasto, uma despesa, uma árvore que é derrubada, tem todo aquele drama né. Aí eles têm esse controle de torneira aberta derramando água, assim, tá despertando a consciência.*

Outro exemplo, descrito pelo CP, evidencia como os alunos se fazem presentes na comunidade do entorno da escola:

Aí os alunos se articularam e fizeram Projeto Vida Saudável. Estudaram todo projeto e contexto da vida saudável, fizeram ações, tentaram ir à comunidade, fizeram panfletos, a parte dos exercícios físicos. Aí dentro desses projetos de pesquisa, a gente inclui disciplinas obrigatórias. É por isso que a gente trabalha em forma de projeto. Outro, tem umas comunidades que precisam muito de uma de iluminação pública, aí uma galera se juntou para estudar energias renováveis, aí eles queriam ver se

era possível implementar a energia eólica, então fizeram toda parte teórica de energia eólica, as condições climáticas favoráveis, relevo, clima para chegar à conclusão de que era possível.

Além de exemplificar como os alunos participam ativamente no contexto social sobre os quais pertencem, o trecho demonstra um pouco da metodologia e da estrutura pedagógica pautada pela escola que estimulam a presença cidadã dos alunos na comunidade.

Esse é um fator bem presente e que corresponde à participação dos alunos: a forma como eles desenvolvem os projetos da escola. É fato que existe em envolvimento efetivo dos alunos no que tange a essas atividades e que faz parte da forma como acontece o processo de aprendizagem deles. Esse envolvimento é narrado pelo CP:

A proposta deles era até levar o público poder público, de forma que poderia ser viável [...] Ainda está em execução o projeto.

Esses projetos são mediados por um tutor, ele fica responsável por um ou dois projetos e os alunos executam, mas é tudo construído com eles, em cima da curiosidade deles, em cima do que eles fazem... Aí eu acho que se dá participação cidadã [...].

Outra ferramenta bastante utilizada na escola e conhecida por todos os alunos, desde a nucleação com crianças mais novas até os mais velhos é denominada por eles como “Eu critico, Eu parabeno e Eu proponho”. Essa ferramenta visa a incentivar os alunos a discutirem as atitudes uns dos outros, os problemas e soluções encontradas por eles mesmos para as questões escolares. O processo se inicia na sala e, caso não seja resolvido, é levado para o colegiado, outra ação da escola bastante conhecida e em que os alunos efetivamente participam e debatem suas indagações.

A A1 descreve como esse processo acontece na escola:

Nos colegiados a gente faz o “eu parabeno, eu critico e eu proponho”, aí a gente resolve na sala “o crítico e o parabeno”, aí depois a gente leva para o professor D., aí o Professor D. anota no caderno, aí a gente marca o dia do colegiado [...] Aí quando a gente fala com professor D., a gente escolhe quem é que vai falar o motivo que vai levar ao microfone e outra pessoa fica ajudando se não souber falar.

O CP também explica como ocorre o desenvolvimento do colegiado estudantil:

Os alunos se reúnem de 15 em 15 dias para o colegiado estudantil, aí tem da manhã e da tarde... Com os pequenos até foi engraçado, na semana passada eles queriam acabar com o prejuízo da gasolina. Desde pequeno ele já tem esse debate, então os problemas que surgem na escola eles debatem no colegiado. Hoje a gente fez uma extraordinária, tem problema de bullying na escola, então a gente parou”.

Eu acho que quando, de fato, eles realmente conseguem internalizar isso, quando saírem da escola e conseguem levar eles para a realidade deles no mundo fora da escola, aí a escola fez sentido. Não foi só estudar português, matemática, né? É mudar, ter um senso crítico para a vida participativa.

Assim, os alunos participam na escola essencialmente por meio de atividades ou projetos dinamizados e de relação, contato e participação com órgãos de gestão escolar. Desse modo, é necessário, por partes das escolas, promover um maior envolvimento e uma maior responsabilização dos alunos para a instauração de uma verdadeira cultura democrática (VELOSO; CRAVEIRO; RUFINO, 2012). E, de fato, os alunos acabam por experimentar

essa sensação de responsabilidade, de pertencimento e de cuidado pela escola por meio de como o processo educacional é conduzido.

Ainda, segundo Bordenave (1995), a qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade, a refletir e superar contradições reais ou aparentes, a antecipar consequências e a entender novos significados, bem como a qualidade da participação também aumenta quando as pessoas aprendem a formar comissões de trabalho, pesquisar problemas, elaborar relatórios, usar meios e técnicas de comunicação (BORDENAVE, 1995). Portanto, pode-se considerar que existe uma participação efetiva dos alunos no ambiente escolar por meio de todas essas atividades citadas e que são desenvolvidas na escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir acerca da participação cidadã em organizações escolares, mais especificamente em uma escola constituída como uma cooperativa, o que lhe oferece características que fomentam um ambiente de participação devido a sua composição, ademais, o modelo cooperativo tem como base a participação de seus membros.

Nesse sentido, este artigo teve como objetivo analisar como ocorre a participação cidadã no contexto da Escola Nossa Senhora do Carmo em Bananeiras-PB. Dessa forma, utilizou-se o método do estudo de caso, adotando entrevistas semi-estruturadas e a análise documental como as principais técnicas de levantamento de dados. Para nortear a pesquisa, utilizou-se como elementos norteadores as modalidades de participação exploradas no trabalho de Veloso, Craveiro e Rufino (2012) sobre as formas de participação da escola na comunidade, da participação dos educadores na vida escolar e as modalidades de participação dos alunos no ambiente escolar

Assim, a partir dos dados obtidos, foi possível verificar que a participação ocorre de diferentes formas na organização pesquisada. No que tange a dimensão **participação da escola na comunidade**, foi possível observar que há um incentivo e fomento por parte da escola em manter uma relação com a comunidade ao ponto de trazer a comunidade para “dentro” da escola, bem como também se inteirar das demandas da comunidade por meio das assembleias gerais, dos conselhos escolares, pontes com instituições externas e também com atividades coletivas como mutirões que possibilitam diferentes possibilidades de participação.

Por sua vez, a dimensão participação dos **educadores na vida escolar**, foi possível observar que o papel do docente ou “tutor” (como são chamados na escola) é importante na mediação – uma espécie de “elo”- entre os processos de ensino-aprendizagem e dos processos de participação. Como a escola encara o elemento participação cidadã como elemento integrante do processo de ensino-aprendizagem, os docentes mediam, avaliam e orientam a condução das ações.

Quanto a dimensão **participação dos alunos no ambiente escolar**, foi possível observar que os alunos são envolvidos a participarem do cotidiano escolar como atores ativos que possuem um papel de transformação do contexto em que estão. Os colegiados estudantis, as assembléias e comitês são exemplos de espaços em que os alunos sentem que podem contribuir com a melhoria e resolução de demandas não só da escola, mas da comunidade que pertencem.

Assim, foi possível verificar que a participação cidadã no contexto escolar, no ambiente de estudo, ocorre pela busca do envolvimento dos diferentes atores envolvidos. Além disso, a escola busca envolver a gestão democrática e a participação no processo educativo por meio de diversos instrumentos e ações que fomentam a implementação dessa orientação à participação.

Por fim, além de discutir a importância de se fomentar espaços de desenvolvimento da participação cidadã, como no caso das organizações escolares e organizações do terceiro setor (objeto de estudo deste trabalho), este artigo contribui para refletir como a simples adoção de instrumentos de gestão democrática não significa que existirá participação, mas esse processo requer ambientes e práticas que deem sentido a participação.

REFERÊNCIAS

- ALANA. Disponível em: <www.alana.org.br> Acesso em: 26 Jun. 2018.
- ARNSTEIN, S. Uma escada da participação cidadã. Participe. **Revista da Associação Brasileira para Promoção da Participação**. Ano 2, n. 2, p. 4-13, 2002.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica, CONSELHOS ESCOLARES: Democratização da escola e construção da cidadania/ elaboração Ignez Pinto Navarro...[et al] - Brasília: MEC, SEB, 2004.
- BONETT, M. A. **Participación ciudadana en el desarrollo local**. s.d. Disponível em: <http://www.bantaba.ehu.es/formarse/ficheros/view/Gu%C3%AdaParticipaci%C3%B3n_Ciudadana_en_el_Desarrollo_Local%20observaciones.pdf?revision_id=79394&package_id=79281>. Acesso em: 5 de Mai. 2018.
- BORDENAVE, J. **O que é participação?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.
- BUTLER, U.; PRINCESWAL, M. Culturas de participação: jovens e suas percepções e práticas de cidadania. **O Social em Questão**, Ano XV, n. 27, p. 101-126, 2012.
- CÁRIA, N.; SANTOS, M. Gestão e Democracia na Escola: Limites e Desafios. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ**, v. 3, n. 6, p. 27-41, 2014.
- CHAVEZ, D. Polis e Demos. El marco conceptual de la democracia local participativa. *In*: FALCK, A.; YÁÑEZ, P. (Ed.). **Democracia participativa e presupuestos participativos: acercamiento y profundización sobre el debate actual**. Manual docente de la Escuela de Políticas de Participación Local. Redes para el fortalecimiento de Capacidades de Gestión de Políticas Públicas Locales de Participación Ciudadana (PARLOCAL). España: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga (CEDMA). Cap. 1, p. 23-45, 2011.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Essa vida chamada escola: o olhar para dentro e para fora na busca de uma outra educação**. Bananeiras: Escola Nossa Senhora do Carmo, 2018.
- GRAMBERGER, M. **Participación ciudadana: manual de la OCDE sobre información, consulta y participación en la elaboración de políticas públicas**. Paris: Organización para la Cooperación y El Desarrollo Económicos (OCDE), 2006.
- LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?. **Educar em Revista**, v. 34, n. 68, p. 15-28, 2018.
- PALASSI, M.; SILVA, A.; SILVEIRA, R. Participação cidadã local: reflexões a partir da literatura espanhola sobre o tema. **Rev. Adm. UFSM**, v. 10, n. 5, p. 774-791, 2017.
- PEDRO, A.; PEREIRA, C. Participação escolar: representações dos alunos do 3o. ciclo de Aveiro (Portugal). **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 3, p. 747-762, 2010.
- RIZZINI, I. PEREIRA, L.; THAPLIYAL, N. Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. **Rev. Katál**, v. 10, n. 2, p. 164-177, 2007.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

SUZUKI, Parental participation and accountability in primary schools in Uganda. **Compare**, v. 32, n. 2, p. 243-259, 2002.

VARGAS, R.; JUNQUILHO, G. Funções administrativas ou práticas? As “artes do fazer” gestão na Escola Mirante. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 35, p. 180-195, 2013.

VELOSO, L.; CRAVEIRO, D.; RUFINO, I. Participação da comunidade educativa na gestão escolar. **Educ. Pesqui.**, v. 38, n. 4, p. 815-832, 2012.

Notas

1. O Instituto Alana é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que promove o direito e o desenvolvimento integral da criança e fomenta novas formas de bem viver (Disponível em: <www.alana.org.br> Acesso em: 26 Jun. 2018).